

**CADERNO DE ENCARGOS**  
**“SERVIÇO DE LIMPEZA NO SISTEMA DE DRENAGEM DE**  
**ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS – FESTIVAL VILAR DE**  
**MOUROS”**

CONSULTA PRÉVIA

### **Cláusula 1.ª**

#### **Objeto**

---

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto principal o Serviço de Limpeza no Sistema de Drenagem de Águas Residuais Domésticas – Festival de Vilar de Mouros, e de acordo com as cláusulas técnicas do caderno de encargos.

### **Cláusula 2.ª**

#### **Contrato**

---

Está dispensada a redução a escrito do Contrato, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do art. 95º do CCP.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Obrigações principais do prestador de serviços**

---

1. As obrigações para o prestador de serviços estão previstas nas cláusulas técnicas do caderno de encargos.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Prazo de execução**

---

O prazo de execução para a realização do serviço é de 08 dias (18 a 25 de agosto inclusive);

### **Cláusula 5.ª**

#### **Preço contratual**

---

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Caminha deverá pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, o qual não pode exceder o valor total de 4.600,00 (quatro mil e seiscentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo deslocações dos técnicos envolvidos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas ou patentes).

### **Cláusula 6.ª**

#### **Condições de pagamento**

---

1. A quantia devida pelo Município de Caminha nos termos da cláusula anterior, deverá ser paga a 60 dias após a receção, pelo contraente público, da respetiva fatura;
2. Em caso de discordância por parte do Município de Caminha, quanto ao valor indicado na fatura, deverá este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitida a fatura e observado o disposto no n.º 1, o pagamento será efetuado por transferência bancária.

## **Cláusula 7.ª**

### **Penalidades Contratuais**

---

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Caminha pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento calculada consoante as datas e prazos da prestação do serviço referente do contrato segundo a seguinte fórmula:

$$M=50xD$$

Sendo **M** o montante da penalidade e **D** o número de dias/horas em atraso.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Caminha pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até ao valor contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do ponto n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Caminha tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Caminha pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Caminha exija uma indemnização pelo dano excedente.

## **Cláusula 8.ª**

### **Foro competente**

---

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **Cláusula 9.ª**

### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

---

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

## **Cláusula 10.ª**

### **Comunicações e notificações**

---

1. Na fase de formação do contrato todas as comunicações devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de endereço eletrónico.
2. Na fase de execução as comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas por via postal, por meio de carta registada com aviso de receção, salvo outra indicação da entidade adjudicante.

## **Cláusula 11.ª**

### **Contagem dos prazos**

---

Os prazos mencionados são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;

## **Cláusulas técnicas**

---

Pretende-se a prestação de serviços de limpeza no sistema de drenagem de águas residuais domésticas instaladas na área de funcionamento do evento “Festival de Vilar de Mouros” do Concelho de Caminha.

A prestação de serviço poderá ocorrer nas infraestruturas hidráulicas públicas de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, bem como nas componentes físicas, nomeadamente nas fossas sépticas de apoio ao sistema de drenagem local.

O serviço é realizado com recurso a viatura hidro-aspicadora e manobrador. Todos os veículos de serviço deverão estar dotados de sinalização para trabalhos noturnos e diurnos.

Todos os trabalhos de remoção dos resíduos sólidos e/ou líquidos serão efetuados de forma a prevenir eventuais impactos, como derrames de líquidos. Ou seja, os resíduos retirados das operações de limpeza de coletores e outros órgãos da rede de saneamento, serão diretamente transferidos do interior da viatura para destino final licenciado.

Os resíduos resultantes da limpeza dos coletores serão transportados pelo motorista afeto à equipa de limpeza, para destino final adequado, do qual não incorre custo acrescido para o tomador do serviço.

### Período de afetação do serviço

O serviço a prestar no sistema de drenagem de águas residuais domésticas, instalado na área de funcionamento do evento “Festival de Vilar de Mouros” será para o período de 18 a 25 de agosto do ano corrente, faturado à hora, até ao limite máximo de 90,00 Horas.

### Trabalhos previstos

Os trabalhos previstos serão intervenções programadas com vista a normalizar preventivamente as condições de funcionamento das infraestruturas instaladas. Estas trabalhos serão agendados conjuntamente com o Município e efetuados de acordo com as restrições da organização do evento.

Entre os dias 18 a 21 de agosto, os trabalhos não programados, que poderão ocorrer em qualquer horário, terão que ser realizados até 45 minutos após a solicitação do município.

Entre os dias 22 a 24 de agosto as viaturas/equipamentos deverão estar em permanência no local e deverão cumprir as restrições da organização do evento. Os trabalhos solicitados deverão ser executados de imediato.

Entre os dias 18 e 24 de agosto, a empresa prestadora do serviço deverá cumprir todos os condicionalismos de trânsito em vigor para o evento.

A coordenação da realização dos trabalhos será da responsabilidade da empresa prestadora do serviço.

Todos os funcionários a afetar ao serviço deverão apresentar-se devidamente equipados com equipamento de proteção individual e identificados.